



GOVERNO MUNICIPAL

IPMP - Instituto de Previdência do Município de Paragominas

CGC (MF) 00.978.716/0001-68

e-mail: ipmpgn@gmail.com

Rua 31 de março, 221 Centro Fone: (091) 3729-3685 CEP: 68.625-970 Paragominas-

PA

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente o Processo Licitatório na modalidade de **Dispensa de Licitação**, nº **7/2020-00002**, que tem por objeto a **contratação de profissional especializado na prestação de serviços de exames médicos periciais, com elaboração de pareceres, laudos periciais, avaliação em geral de servidores Municipais que figurem em processo de benefício de auxílio saúde, aposentadoria por incapacidade, objetivando atender ao IPMP de Paragominas**, no valor global de **R\$ 41.400,00 (Quarenta e um mil e quatrocentos reais)**, e o Contrato nº **008/2020**, originário do Procedimento Licitatório já identificado, celebrado pela CONTRATANTE **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paragominas**, com a CONTRATADA **Márcio Leno Maués**, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório e o Contrato encontram – se:

- (x) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;
- () Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora presente a (s) seguinte (s) ressalva (s):
- () Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato/Termo Aditivo ou documento hábil substitutivo, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Paragominas (PA), 09 de junho de 2020

Responsável pelo Controle Interno: Adelmo Rocha Bicalho

Assinatura Digital: